Tripartição de Poderes e a relação com o livro Justiça: fazer a coisa certa de Michael Sandel

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Lohana Cardoso Da Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

O livro “Justiça: o que é fazer a coisa certa”, de Michael Sandel, apresenta dilemas éticos e jurídicos para refletir sobre o conceito de justiça. Um caso marcante é o do furacão Katrina, quando comerciantes aumentaram drasticamente os preços de itens essenciais, gerando debates sobre a legitimidade dessa prática. Ao relacionar essa discussão com a teoria da tripartição de poderes, elaborada por Montesquieu, percebe-se como a justiça depende não apenas de escolhas individuais, mas também da atuação equilibrada das instituições estatais. Enfatiza também a importância da existência de instituições onde uma é o equilíbrio da outra.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo analisar um caso prático apresentado por Michael Sandel, no livro “Justiça: o que é fazer a coisa certa”, relacionando-o à teoria da tripartição de poderes de Montesquieu. Busca-se compreender como dilemas éticos podem ser interpretados e solucionados a partir da atuação equilibrada dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada a partir de estudo bibliográfico, tomando como base:
-O livro “Justiça: o que é fazer a coisa certa”, de Michael Sandel.
-O pensamento de Montesquieu presente na obra “O Espírito das Leis”.
-A Constituição Federal de 1988, que consagra a separação de poderes no Brasil.
A realização de um vídeo explicativo sobre o trabalho.
O método adotado foi o analítico-descritivo, com a exposição de um caso prático do livro e a correlação teórica com os princípios da tripartição de poderes.

Resultados e Discussão

A análise permite verificar que a simples confiança na “mão invisível” do mercado seria insuficiente para resolver problemas de justiça em momentos de crise. O resultado mais evidente do caso do Katrina é que, quando o Estado não atua de forma coordenada, a população vulnerável fica desamparada diante da exploração econômica. A discussão também mostra que a separação de poderes é essencial para dar legitimidade às respostas estatais.

Enquanto o Legislativo cria o marco normativo, o Executivo executa medidas concretas de proteção e o Judiciário garante a aplicação da lei nos casos de conflito. Essa estrutura evita a concentração de poder e promove maior equilíbrio nas soluções oferecidas.

Além disso, o caso exemplifica que dilemas de justiça não podem ser solucionados apenas pela moral individual, mas exigem instituições sólidas, capazes de transformar princípios éticos em práticas jurídicas e sociais. O resultado é uma visão mais clara de que justiça e democracia caminham juntas.

Conclusão

Assim, o caso do furacão Katrina exemplifica como dilemas morais, como a cobrança de preços abusivos, precisam ser enfrentados não apenas no plano ético, mas também no jurídico e institucional. A teoria da tripartição de poderes de Montesquieu oferece o caminho para transformar debates morais em normas, ações e julgamentos equilibrados. Dessa forma, percebe-se que a realização da justiça depende tanto da reflexão filosófica quanto do funcionamento harmonioso das instituições estatais.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. O Espírito das Leis. Tradução: Rodrigo de Souza Leão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.